



SOCIEDADE/ Dados mostram que meninas vítimas de estupro precisam “peregrinar” para acessar o aborto legal. Projeto aprovado no Senado pode fazer com que a interrupção da gravidez se torne ainda mais difícil

450 crianças dão à luz todos os dias no país

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Entre 2019 e 2023, o Brasil registrou 822.892 nascidos vivos de mães entre 8 e 17 anos. Apenas entre as meninas de 8 a 14 anos, foram 82.604 partos, os outros 740.288 foram de adolescente entre 15 e 17 anos. Esses números representam uma média de 450 partos por dia, com uma criança se tornando mãe a cada 38 minutos. Os números fazem parte do relatório *Violência, gestação e parto de crianças e adolescentes no Brasil: análises de dados da saúde*, produzido pelo Observatório Criança Não é Mãe.

Mesmo com as legislações que autorizam o aborto em casos de estupro, crianças e adolescentes ainda enfrentam barreiras para garantir o seu direito. Os dados mostram que as crianças são obrigadas a “peregrinar” para conseguir o serviço de saúde. Cerca de 85% delas precisam viajar até 100 km para acessar o aborto legal, 11% percorrem de 100 a 300 km, e mais de 3% chegam a viajar mais de 1000 km.

A burocracia, agora, pode aumentar, após o Senado aprovar nesta semana um projeto que susta uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estabelecia diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e facilitava o acesso ao aborto.

A votação da suspensão da norma, na última terça-feira (2/6), teve uma repercussão negativa entre a população pela agilidade em que foi aprovada. Em menos de 2 minutos, em votação simbólica e sem o registro dos votantes, o Plenário da Casa anulou a norma. Segundo a relatora, senadora Damares Alves (Republicanos-DF), no entanto, a aprovação é uma vitória para a autonomia e o poder familiar.

“Imagine você, pai ou mãe, descobrir que sua filha de 14 anos está sozinha em um hospital, fazendo um aborto, grávida de cinco meses. Como você se sentiria? Essa resolução do Conanda estava errada. Nós tínhamos que corrigir para garantir o poder familiar”, entende.

Além disso, no entendimento da parlamentar, a resolução apresentava outro problema “O aborto poderia ser realizado sem a exigência de boletim de ocorrência. Se uma criança chega a um hospital após ter sido estuprada, é preciso registrar imediatamente a ocorrência. Senão como vamos identificar

Monique Renne/Esp. CB/D.A Press



Em menos de 2 minutos, o Plenário do Senado anulou a norma do Conanda que garantia atendimento humanizado às vítimas de violência sexual

» Pretas ou pardas são maioria

O estudo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação revela que a gravidez de crianças e adolescentes é estruturalmente racializada. Entre 2019 e 2024, cerca de 74% grávidas menores de idade se autodeclararam pretas ou pardas. Entre as crianças grávidas com menos de 14 anos vítimas de violência sexual registradas no Sinan esse percentual passa para 75,22%. A análise mostra que a gravidez na adolescência atinge meninas negras 3,75 vezes mais do que meninas brancas.

e responsabilizar o pedófilo? Essa resolução estava equivocada. O Conanda cometeu um erro”, argumenta Damares.

Controvérsia

Como é um projeto de decreto legislativo (PDL), a medida já entra em vigor, sem necessidade de sanção da Presidência. O texto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. Para o advogado penal e constitucional Ilmar Muniz, a resolução, “em sua essência”, já está inserida nas atribuições do Conanda, pois não criou uma nova hipótese de aborto nem alterou a legislação penal brasileira. “A resolução do Conanda buscava disciplinar procedimentos de atendimento e proteção para vítimas de violência sexual.”

A suspensão da medida, porém, abre uma controvérsia constitucional. Para Muniz, existem argumentos jurídicos que sustentam a possibilidade de questionamento judicial da medida, especialmente se ficar demonstrado que o Conanda apenas exerceu sua função. “O ponto central será definir se o órgão apenas exerceu sua função de orientação e proteção ou se

avançou sobre matéria que dependeria de lei formal aprovada pelo Congresso”, aponta.

A resolução do Conanda foi publicada pelo governo em janeiro de 2025 no Diário Oficial da União. Apesar de o texto não ter poder de lei, já que tem a validade de uma força normativa, oferece orientações sobre o procedimento adequado com menores. Vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Conanda é o órgão deliberativo máximo em políticas de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Responsável por fiscalizar e regulamentar políticas públicas, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o conselho conta com participantes do governo e da sociedade civil.

O texto destacava que, identificada a situação de aborto legal e manifestada a vontade de interromper a gravidez, a criança e o adolescente devem ser encaminhadas aos serviços de saúde pelo órgão do Sistema de Garantia

dos Direitos da Criança e do Adolescente para realizar o aborto. Pela lei brasileira, qualquer relação sexual com menores de 14 anos já configura estupro.

Entre as meninas que buscaram o procedimento entre 2019 e 2024, 18.130 foram crianças abusadas com menos de 14 anos, uma média de 8 casos de abuso por dia. O número faz parte dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). O levantamento aponta, ainda, para uma subnotificação de casos.

A gestação nesta fase da vida é um risco para a saúde e o bem-estar da criança e adolescente. Segundo o Observatório, as taxas de mortalidade entre meninas de 10 a 14 anos é 38% maior que entre mulheres acima de 20 anos. No período de seis anos, foram registrados 529 óbitos de crianças e adolescentes de 12 a 17 anos relacionados à gravidez.

* Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

CNH

Renovação automática para bons condutores

Ricardo Stuckert/PR



Lula sancionou lei sem vetos; legislação foi publicada no DOU

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, ontem, o Projeto de Lei de Conversão que promove mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e consolida a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para motoristas com bom histórico de condução. A legislação foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*.

A mudança garante a renovação automática da CNH e da autorização para conduzir ciclomotor para condutores cadastrados no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC). Porém, as vantagens só vão ocorrer para quem não tenha cometido infrações sujeitas à pontuação nos 12 meses anteriores ao vencimento do documento.

A medida tem origem na Medida Provisória nº 1.327/2025, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional em dezembro do ano passado. Embora a proposta original prevísse renovação sem taxas e sem burocracia para os motoristas inscritos no RNPC, o texto aprovado pelos parlamentares manteve a obrigatoriedade dos exames de aptidão física e mental, estabelecendo novas regras para sua realização.

Segundo a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), 2 milhões de motoristas foram beneficiados pela renovação automática desde a entrada em vigor da medida provisória. Até março deste ano, a economia gerada aos condutores chegou a R\$ 854,8 milhões.

A nova legislação também está integrada ao programa CNH do Brasil, lançado pelo governo federal em dezembro de 2025 com o objetivo de ampliar o acesso à habilitação. A plataforma digital, que já reúne mais de 60 milhões de usuários, promete reduzir em até 80% os custos para obtenção da carteira nas categorias A e B.

Aulas teóricas

Além da redução de custos, o programa flexibilizou a preparação dos candidatos. Agora, os interessados podem optar por estudar gratuitamente o conteúdo teórico por meio da plataforma digital, frequentar autosalas tradicionais ou combinar as duas modalidades. Para as aulas práticas, o candidato pode escolher entre autosalas, instrutores autônomos credenciados pelos Detrans ou definir a quantidade de aulas que considerar necessária antes de realizar os exames obrigatórios.

Segundo o Ministério dos Transportes, mais de 5,93 milhões de pessoas já aderiram ao curso de formação de condutores disponível na plataforma. Desde a flexibilização das exigências para as aulas teóricas, mais de 1,3 milhão de novas CNHs foram emitidas, o maior volume registrado para o período desde 2014.

Os números também apontam crescimento na procura pelo documento. O total de requerimentos de habilitação ultrapassou 7,15 milhões, volume sete vezes superior ao registrado antes da edição da medida provisória.

CLIMA

“Proteger o meio ambiente é proteger a vida”

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Ribeiro Capobianco, destacou, ontem, no Dia Mundial do Meio Ambiente, que as ações encabeçadas pela pasta atuam como “indutor” da busca pelo desenvolvimento socioeconômico. O ministro, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, afirmou que as proteções ambientais não devem ser interpretadas como um “obstáculo” ao desenvolvimento.

“Estamos mostrando que é possível crescer e gerar emprego e renda, sem deixar de proteger nossas florestas, nossas águas e nossa biodiversidade”, disse ele, ao elencar que, nos últimos três anos, houve diminuições de 50% no desmatamento na Amazônia, 32% no Cerrado e 65% no Pantanal. “Ao proteger nossos biomas, salvamos a biodiversidade e evitamos lançar na atmosfera milhões de toneladas de gases de efeito estufa.”

À frente do Ministério do Meio Ambiente há pouco mais de dois meses, Capobianco substituiu a deputada federal Marina Silva (Rede-SP). À época em que comandou a pasta, Marina enfrentou impasses entre o Executivo e movimentos ambientalistas na liberação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Petrobras de estudos para checar a possível presença de petróleo na região da Margem Equatorial.

Segundo o governo, caso a petroliífera encontre o óleo na região, os recursos provenientes dessa fonte de energia vão financiar o caminho para uma transição energética. O ministro citou que o Brasil lidera esse caminho. “Voltamos a liderar a transição energética, a partir da substituição de combustíveis fósseis por opções mais limpas, como os biocombustíveis e a eletricidade.”

Investimentos

Capobianco ainda condicionou a atual posição do Brasil na transição energética a investimentos em ciência e no monitoramento de instituições como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ele lembrou que esses órgãos foram “alvo de tentativas de desmonte em anos anteriores”.

“Outro fator central foi a retomada da cooperação internacional. Depois de quatro anos de exclusão, retomamos o Fundo Amazônia, que agora tem nove países financiadores. Juntas, essas ações viabilizaram um volume recorde de R\$ 204 bilhões em recursos para o desenvolvimento sustentável no Brasil”, enfatizou.

“Hoje, no mundo inteiro, são os critérios ambientais que definem acordos comerciais e abrem as portas do investimento. Ir na contramão dessa tendência pode fechar mercados e isolar o país”, finalizou.

Diego Campos/Secom-PR



Capobianco falou em rede nacional no Dia Mundial do Meio Ambiente